

Assembléia Legislativa

Αο		sidente		Comissão	de
	03	devise	s ti		No exceptions
(c) Ch	enceic	ão de In	Wood L	Lages Codrigue	der responsible



ESTADO DO PIAUÍ. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 212/11 **PROCESSO AL** – 1751/11 AUTOR: **DEP. FÁBIO NOVO**

RELATOR: DEP. FERNANDO MONTEIRO

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do artigo 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os artigos 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a proposição que Veda a cobrança de taxas por emissão de carnês ou boleto bancário no Estado do Piauí, e dá outras providências.

A proposição foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, quanto a legalidade constitucionalidade e boa técnica legislativa, sem emendas.

A cobrança de taxas pela emissão de carnês ou boletos bancários representa oneração indevida para os consumidores, gerando, de forma reflexa, o enriquecimento sem causa para estabelecimentos, prestadores, bancos e concessionários.

Trata-se de evidente prática abusiva, em detrimento do consumidor, porquanto esta prática favorece os estabelecimentos, prestadores, bancos e concessionários, presente que lhes assegura maior liquidez e controle dos respectivos fluxos financeiros.

Tudo em detrimento do consumidor, que se vê constrangido a suportar essa taxa, a qual, ademais, se insere como custo pela exploração da própria atividade econômica, devendo ser considerado como insumo ou encargo inerente do fornecimento ou prestação de serviço.

II - VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório, e uma vez que a proposição transformada em norma jurídica virá beneficiar a população sem a cobrança de taxas abusivas, somos de parecer favorável a sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 22 de março de 2012.

Dep. FERNANDO MONTEIRO

Relator

Finances

Finances